

Negritudes posicionadas: as muitas formas da identidade negra no Brasil

Marcio André dos Santos*

RESUMO: As identidades étnicas e raciais são construções sociais e históricas. O texto discute aspectos gerais da identidade negra em um contexto de mudanças políticas, ressaltando sua importância, em especial no âmbito da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: *Identidades étnicas e raciais; reconhecimento; Lei 10.639/03.*

ABSTRACT: The racial and ethnic identities are historical and social constructions. The article discusses some aspects about the black identities in a context of political changes, specially the Law 10.639/03 that introduces African history and afro-brazilian culture in the schools of Brazil.

Keywords: *Racial and ethnic identities; recognition; Law 10.639/03.*

1. Identidades étnicas e racialização

Imagine um lugar em que as pessoas se reconheçam umas às outras pela língua que falam ou por meio de práticas culturais em comum. Imagine, por exemplo, que atributos como a cor da pele, textura de cabelo e compleição física não façam a menor diferença para que essas pessoas interajam mutuamente. Imagine diversos grupos estabelecendo relações de comércio, casamentos, trocas de bens e mercadorias, relações políticas, guerras sem que atributos corporais de um ou de outro sejam utilizados como arma ou fundamento de tais relações. Possivelmente, foi assim que durante séculos os chamados grupos étnicos se constituíram na África e em outras partes do mundo.¹

Seguramente, é possível afirmar que diferenças de base étnica sempre existiram se entendermos *etnia* ou *etnicidade* como um conjunto de crenças religiosas, práticas culturais, línguas e representações de mundo partilhadas por um determinado grupo. Portanto, em uma primeira acepção, podemos dizer que uma *identidade étnica* está ligada à cultura de um povo. Por sua vez, a cultura de um povo ou o conjunto de suas práticas culturais constitui parte substantiva daquilo que chamamos de **identidade**.

Este pequeno preâmbulo serve para entendermos um pouco mais como as identidades étnicas dos africanos escravizados no Brasil se reconfiguraram e se reconstituíram a partir do momento em que indivíduos de vários grupos étnicos foram, propositadamente, postos em um

□ Mestre em ciências Sociais/UERJ. Doutorando em Ciência Política no IESP/UERJ.

¹ Logicamente, não se pretende, com tal assertiva, estabelecer uma “verdade histórica” no que se refere às relações interétnicas na África. A ideia é usar tal metáfora para refletir sobre como as dinâmicas das relações entre grupos se configuram e se transformam ao longo do tempo.

mesmo navio negreiro. Desde o sequestro dos escravizados até o seu embarque, utilizava-se a técnica da **desidentificação étnica**, expressa também na conversão forçada ao catolicismo e na adoção arbitrária de nomes católicos, como Francisco, José, Maria, João, etc.² Os comerciantes de escravos europeus sabiam bem que quanto menos identificação houvesse entre os escravizados, mais eficaz seria submetê-los ao servilismo, sufocando possíveis protestos.³ Evidentemente, nem sempre isso funcionou. Pelo contrário! Rebeliões e revoltas de escravos ocorriam constantemente, mesmo durante a travessia do Atlântico.

Pense agora em um navio negreiro. Pense em suas galerias fétidas, sujas, modorrentas, apertadas, úmidas, invadidas de correntes enferrujadas e cheias de insetos e ratazanas disputando o espaço em que centenas de africanos se espremiavam, nus, atônitos, famintos, humilhados e feridos pelo aprisionamento. Vamos tentar ir além. Imagine que você é um desses africanos, homem ou mulher, jovem ou adulto. Neste momento de desespero, de desenraizamentos abruptos, de dor física, emocional, você quer compartilhar com os seus, em sua língua materna, todo o horror que se abateu sobre seu povo e que se encena diante de seus olhos. E aí percebe que ninguém ali, próximo, fala a sua língua, ainda que todos se pareçam com você, tons de pele semelhantes, mesmo tipo de cabelo, de compleição física.

O tráfico transatlântico de escravos, possivelmente, tenha sido um dos primeiros fatores de enfraquecimento dos laços étnicos entre os africanos e um dos mais longos genocídios da história do ocidente moderno.⁴ No entanto, o processo de construção e/ou reconstrução de identidades pode ser visto como vital para que os grupos sobrevivam e prosperem.

Para muitos povos africanos, todos os homens do planeta tinham a mesma cor de pele e compleição física. O contato com os povos europeus e, antes destes, com os árabes, possivelmente significou uma mudança de percepção substantiva, ainda que com base na violência. Não havia *negros* entre os *africanos*. Aliás, nem havia africanos do modo como entendemos hoje.⁵ O que havia era uma centena de grupos étnicos com designações tão variadas quanto suas culturas, como fulas, mandingas, umbundos, quimbundos, cabindas, etc. No Brasil, e em todo o mundo fora da África, essas pessoas foram chamadas de negros,

² Para detalhes sobre tais técnicas, ver “Antropologia da escravidão”, de Claude Meillassoux.

³ O filme “Amistad”, de Steven Spielberg, retrata cenas do transporte de africanos escravizados para as Américas. Sugiro assistir no youtube, especialmente às cenas do interior do navio negreiro. Acessar em <http://www.youtube.com/watch?v=Vo-JejTp7O4&feature=related>

⁴ Antes de 1500 houve outros genocídios na história, inclusive na Europa. O escravismo europeu na África certamente constitui um dos primeiros genocídios do período que designamos *moderno*.

⁵ Refiro-me aos séculos 18 e 19.

criolos. Em outros termos, com o tráfico transatlântico de escravos iniciou-se um poderoso *processo de racialização* dos “africanos” em “negros” nas Américas.

O conceito de “raça” inexistia em muitas culturas, mesmo na Europa. As oposições e assimetrias mais importantes entre europeus e povos não europeus inicialmente não se baseavam na noção biológica de “raça”, e sim nas filiações religiosas de cada um (Hofbauer, 2006)⁶. Para os europeus, Deus os havia escolhido para serem os governantes do mundo porque eram cristãos. Os outros povos, regidos por outras práticas religiosas, eram genericamente designados por “ímpios, bárbaros ou pagãos”, logo, considerados inferiores moral e eticamente aos detentores da “verdadeira fé”. A diferença de cor da pele ou, mais diretamente, a diferença “racial” não era importante neste momento. Somente na passagem do século 17 para o 18, a partir da industrialização e do expansionismo europeu no mundo, filósofos e cientistas começaram a desenvolver tipologias raciais dos povos que conquistavam. Nestas tipologias, os europeus eram vistos como os mais inteligentes, e moralmente superiores aos indígenas, amarelos (os povos asiáticos) e negros (africanos), exatamente por serem *brancos*. Os negros africanos eram considerados os mais atrasados dentre os outros, bárbaros, rudes, desprovidos de qualquer racionalidade, daí uma série de justificativas arroladas para escravizá-los e subjugar-los ao cristianismo.

2. Processos de miscigenação

No Brasil, a escravidão imposta aos africanos pelos portugueses seguiu caminho semelhante ao que acontecia em outros países das Américas. Os portugueses católicos concebiam a si mesmos como superiores aos indígenas, inicialmente, e depois aos negros, por duas razões: eram cristãos e brancos. O imenso afluxo de colonizadores portugueses, uma maioria avassaladora de homens, trouxe consigo o problema da falta de mulheres. Por esta razão, o estupro às mulheres indígenas e negras impôs-se como regra, legitimada e naturalizada pela Igreja e seus representantes. Grosso modo, tem-se aí o início de um longo e interminável processo de miscigenação entre brancos portugueses, indígenas e africanos baseado na violência colonial.

Portanto, filhos de brancos com indígenas foram chamados de *mamelucos*; filhos de indígenas com negros, de *cafuzos*; e de brancos com negros, de *mulatos*. Na realidade, todas essas categorias variavam de lugar para lugar, de época para época, e apontavam para a sua

⁶ Para uma análise disso, ver especialmente o livro “Uma história de branqueamento ou o negro em questão”, de Andreas Hofbauer.

inferioridade em relação aos brancos. O termo *mulato*, por exemplo, associava-se a “mula” ou a “jumento”, sinalizando a mistura de brancos e negros como “espécies” diferentes, logo, prejudiciais umas às outras. A partir do século 19, com a intensificação das imigrações de europeus e asiáticos para o Brasil, o caldeirão étnico-racial brasileiro sofreu ainda mais diversificação, porém, a ideia de que o povo brasileiro era constituído por “três raças” permaneceu como mito de origem⁷ (DaMatta, 1981).

Entre o final do século 19 e início do século 20, as elites intelectuais e políticas brasileiras apostavam na imigração dos europeus como solução ao que consideravam “problema da escravidão” no Brasil. Seria possível uma nação moderna e competitiva composta por imensas populações de “negros e mestiços”, gente considerada atrasada e racialmente inferior? Esta era uma das perguntas que as elites intelectuais e políticas se faziam na época, sob influência das teorias racistas de teóricos como Arthur de Gobineau. O cientista João Batista Lacerda prognosticava que, se os imigrantes brancos viessem a se miscigenar com os “nacionais negros e mestiços”, em 100 anos teríamos um país completamente *branco*⁸. Os dados estatísticos por cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que tal utopia nunca se concretizou. No entanto, o projeto de embranquecimento do Brasil foi um dos principais instrumentos políticos com apoio do Estado para eliminar fisicamente a população negra.

Na década de 1930 do século 20 o projeto do embranquecimento conheceu novo curso. As elites da época perceberam o quão difícil seria dar conta da imensa população negra, diluindo-a no “sangue branco”. Sob forte influência do modernismo que aportava por aqui, verificou-se, então, uma guinada na solução do “problema do negro”. Intelectuais, como Gilberto Freyre, a partir da publicação do seu mais influente trabalho “Casa grande e senzala”, argumentavam que a mestiçagem entre as “três raças” era o que singularizaria o Brasil. Dessa maneira, o mestiço ou, mais propriamente, o **mulato** seria uma espécie de síntese do brasileiro. Afirmar isso era o mesmo que dizer que não éramos mais, nem indígenas, nem brancos e nem negros propriamente, e sim o resultado complexo da junção destes três tipos, especialmente dos dois últimos.

Ser brasileiro era ser *mestiço*, seja do ponto de vista racial, seja do ponto de vista cultural. Silvio Romero, pensador brasileiro do final do século 19, afirmava que "formamos

⁷ Para a contextualização do mito ou fábula das três raças, ver o livro de Roberto DaMatta “Relativizando: uma introdução à Antropologia Social”. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁸ Para uma discussão sobre a influência das teorias racistas no chamado pensamento social brasileiro, consultar os livros “O espetáculo das raças”, de Lilia Schwarcz.

um paiz mestiço (...) somos mestiços, se não no sangue ao menos na alma" (Romero, 1953). Na realidade, havia pelo menos dois sentidos de ser mestiço entre a intelectualidade da virada do século 19 para o 20 e a dos anos 30. Os intelectuais da virada do século viam na mestiçagem racial uma via para se chegar a um "tipo branco" caracteristicamente nacional, brasileiro. Enquanto os intelectuais dos anos 30 apostavam na mestiçagem racial que teria como resultado o mulato.

3. Identidade racial e o "mito da democracia racial"

As teses sociológicas desenvolvidas por Gilberto Freyre e outros intelectuais de sua geração sedimentaram o terreno do que veio a ser chamado de "mito da democracia racial"⁹. Com a valorização do brasileiro como mestiço/mulato nos meios culturais, literários, artísticos e políticos do país, apontar a existência do racismo como fenômeno presente no dia a dia dos negros era o mesmo que negar o novo nacionalismo que se engendrava.

A mestiçagem era louvada e reverenciada em praticamente todos os discursos políticos oficiais, nos romances, poemas, obras de arte, enfim, em todas as expressões artísticas irradiava-se o "mito da democracia racial" como tradutor de uma suposta convivência harmônica entre os grupos raciais. Deputados e senadores bradavam de suas tribunas que o Brasil era um país promissor devido às suas riquezas naturais, extensão continental e ao seu povo mestiço, trabalhador, alegre e, acima de tudo, hostil à praga do "preconceito de cor", outro nome dado ao racismo.

Apesar da poderosa construção ideológica investida na mestiçagem racial como solução ao "problema do negro", nem todo mundo aceitava passivamente a tese de que não houvesse racismo no Brasil. Um bom exemplo disso foi a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB) que, nos anos 30, organizou jornais e congressos chamando a atenção para os problemas que afligiam a "população de cor": exclusão econômica, analfabetismo massivo e mobilidade social negativa¹⁰. Na década de 40, o Teatro Experimental do Negro seguiu caminho semelhante, denunciando as práticas racistas a partir de peças teatrais no cotidiano dos negros em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

⁹ Existem muitos livros que analisam o "mito da democracia racial". Creio que uma leitura abrangente e suave sobre o assunto encontra-se em "Racismo e antirracismo no Brasil", de Antonio Sergio Guimarães.

¹⁰ Para uma abordagem histórica da atuação da Frente Negra Brasileira ver Cardoso (2005) e Domingues (2005).

Apesar dos esforços consideráveis e pontuais feitos pelos movimentos negros nas décadas iniciais do século 20, o “mito da democracia racial” seguia conquistando *corações e mentes* em todo o país. Nessa ocasião, ser identificado como *negro* ou mesmo *preto* era imediatamente sinônimo de rebaixamento e estigma social. O apelo em direção ao branqueamento, vindo das instituições sociais e artefatos culturais, militava contra a construção de uma identidade racial positiva por parte dos negros. Mesmo os intelectuais da Frente Negra Brasileira viam com desconfiança qualquer vínculo do que na época chamavam de africanismo. A África e, por extensão, os africanos eram representados como permanências do passado no presente, representavam o atraso civilizacional, a contramão do progresso e da razão.

Apesar das contradições existentes (a FNB era uma organização que abarcava tanto lideranças de inspiração socialista quanto lideranças ligadas ao monarquismo católico de direita¹¹), deve-se sublinhar que os fretenegrinos foram os principais responsáveis, naquele período, pela revalorização da palavra negro. Desde então, negro deixou de ser sinônimo de escravo, de inferioridade racial, passando a ser visto como identidade positiva de pessoas denominadas como pretas, pardas, mulatas, mestiças... Em suma, todos aqueles que sofriam os prejuízos simbólicos e materiais do racismo.

Entretanto, ser negro era sinônimo de ser socialmente desqualificado, com baixa qualificação profissional, de baixa escolaridade, mesmo no seio da “população de cor”. Em outras palavras, identificar-se assim não era vantajoso em nenhum sentido. Décadas se passaram, até meados dos anos 80 e 90, e as representações sobre ser negro praticamente continuaram as mesmas no imaginário popular. As organizações dos movimentos negros ganharam força na esfera pública e junto aos poderes públicos, porém, o “mito da democracia racial” continua latente nas representações sociais dos brasileiros.

4. Os ventos dos anos 90

O período de redemocratização do final dos anos 80 e início dos anos 90 trouxe consigo um ambiente novo, mais arejado e promissor, em termos de participação política, para toda a sociedade civil organizada. Movimentos sociais ligados a várias bandeiras ideológicas, partidos políticos e grupos de interesse emergiram na esfera pública como atores legítimos. Não foi diferente para o ativismo negro. Desde a fundação, em 1978, do

¹¹ Para detalhes sobre as filiações políticas dos fretenegrinos, consultar Ferreira (2005).

Movimento Negro Unificado (MNU), confluência de organizações negras ainda durante a ditadura militar, uma série de mudanças teve curso no país inteiro no que diz respeito à luta contra a opressão racial¹². Organismos internacionais, agências de cooperação multilaterais e, de maneira mais incisiva, os meios de comunicação de massa passaram a vocalizar os problemas que mais afetavam a qualidade de vida da população negra, tais como altos índices de desemprego, violência policial e exclusão social e política.

Uma pequena classe média negra, politizada e com grau superior, tentou aproveitar ao máximo as brechas abertas pela redemocratização, exigindo do Estado o cumprimento de acordos internacionais de políticas de combate ao racismo institucional assinados pelo Brasil nas Nações Unidas. O termo *negro* se popularizou como identidade política relevante, especialmente devido a uma maior visibilidade de atores e atrizes negros nas novelas exibidas nos principais canais de televisão.

Afirmar-se negro deixou de ser automaticamente pejorativo. Mais e mais pessoas classificadas pelo IBGE como pretas e pardas assumem-se como descendentes de africanos. Apesar desta aparente mudança verificada na autoatribuição de cor/raça, o “mito da democracia racial”, mesmo que deslegitimado oficialmente¹³ pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, continua a vincular negritude à pobreza e, conseqüentemente, a um *status* social de inferioridade.

5. Identidade negra e novas práticas pedagógicas

Como parte dos avanços dos movimentos negros nas diversas esferas do poder público houve uma expansão do debate em torno de políticas de ação afirmativa, que tem provocado uma mudança substantiva de percepção dos brasileiros pretos e pardos em relação à sua identidade racial. O racismo e a discriminação racial continuam a jogar contra a ascensão social dos negros e permanece forte no imaginário dos estratos médios a ideia de que ser negro é estar organicamente vinculado à pobreza, à criminalidade e à baixa escolaridade.

No entanto, uma **nova negritude** renova-se nas práticas políticas, sociais, educacionais e, especialmente culturais dos negros em todo o país, como a exemplo dos jovens pertencentes ao movimento *hip hop*. Estudantes universitários beneficiários ou não de programas de cotas raciais vocalizam de maneira vibrante sua vinculação com essa negritude

¹² Marcos A. Cardoso discute isso em “O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998”. Mazza Edições, 2002. Ver também Hanchard (2001).

¹³ Discuto essa questão em Santos (2005).

e cada vez mais vínculos são feitos entre os movimentos negros do Brasil e de outros países da América Latina. Tal vínculo fez surgir o termo *afrodescendente* no cenário latino-americano dos últimos anos.

Durante a preparação para a 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância ocorrida em 2001, na África do Sul, os representantes dos movimentos negros e dos governos dos países da América Latina perceberam que o termo *negro* não era consensual frente à diversidade das populações negras locais. Cada contexto nacional construiu uma designação particular para se referir às suas populações de origem africana. Por exemplo, para ativistas do movimento negro da Colômbia o termo *afro-colombiano* reflete melhor sua identidade racial e política, em detrimento do termo “negro colombiano”, visto como passivo e apolítico. Termos como *mulato*, *zambo*, *raizal* e dezenas de outros são usados no dia a dia, tanto pela população negra quanto pela não negra, para se referir aos afro-colombianos. Nos Estados Unidos, o termo *negro*¹⁴ é pejorativo porque está associado ao passado de escravidão e restrição aos direitos civis fundamentais. A substituição da palavra *negro* para *africano-americano* como designação da identidade racial dos descendentes de africanos foi, junto com o fim do regime de segregação racial (*Jim Crow*), uma das mais importantes contribuições do Movimento Pelos Direitos Civis (o movimento negro de lá).

Qual tipo de importância essas mudanças semânticas podem ter? Para as pessoas que sofrem prejuízos com o racismo e a discriminação racial uma auto-atribuição positiva de suas identidades raciais significa o fortalecimento da auto-estima de grupo.

Uma das preocupações dos proponentes da Lei 10.639/03 – lei que estabelece a inclusão do conteúdo programático de História da África e das Culturas Afro-brasileiras no ensino fundamental – é exatamente contribuir para uma reversão do imaginário social brasileiro sobre a população negra a partir de uma *nova prática pedagógica*. Até então, os livros escolares utilizados nas escolas públicas e privadas do país reproduziam tacitamente uma visão passiva da escravidão e uma ideia do continente africano como arcaico e atrasado. O objetivo, agora, é fornecer instrumentos pedagógicos aos educadores e educadoras de todo o país acerca da diversidade cultural e civilizacional dos povos africanos, antes do escravismo e do colonialismo europeu. Do mesmo modo, objetiva-se evidenciar as inúmeras contribuições para a formação da nação brasileira, com seus valores e patrimônios culturais comuns a todos os grupos. Não é tarefa fácil. Além do desafio subjacente à produção de

¹⁴ Importante notar que, até meados dos anos 60, o termo *negro* era largamente utilizado, até mesmo pelas lideranças do Movimento Pelos Direitos Civis, como Martin Luther King Jr.

materiais pedagógicos sobre o tema, a resistência à temática racial ainda é comum para muitos educadores Brasil afora devido à vigência do “mito da democracia racial”. Por outro lado, uma série de iniciativas tem sido realizada com o intuito de levar informações e materiais pedagógicos no esforço de auxiliar nesta tarefa.

6. Conclusão

As ciências sociais têm demonstrado que não existem identidades sociais fixas, atemporais. Toda identidade é construída social e historicamente. A adoção de uma determinada identidade social geralmente visa a múltiplos objetivos: autoproteção, defesa de interesses, reversão da opressão, etc. Neste sentido, todas as identidades sociais são ou podem ser instrumentalizadas politicamente, ou seja, serão utilizadas direta ou indiretamente visando a determinados fins.

Basicamente, é isso o que ocorre com as identidades raciais no caso brasileiro e com as identidades negras em particular. Por que é raro ouvirmos falar em *identidade branca*? A resposta é simples: porque é a identidade racial hegemônica em nosso país. Para aqueles que veem a si mesmos como brancos, pertencer a esta identidade significa ver sua imagem espelhada e irradiada positivamente em todas as novelas transmitidas na televisão; nas propagandas; no cinema; nos livros didáticos; nas capas e interior das revistas. Os ganhos simbólicos para a autoestima das crianças, adolescentes e adultos brancos revertem em privilégios sociais e econômicos. Ser branco é, em si mesmo, um atributo de ascensão social. O contrário ocorre entre os negros. A vigência do racismo, aliada à baixa estima do grupo, conspiram para seu fracasso social. Daí o investimento feito pelos movimentos negros e programas governamentais na consolidação de uma identidade negra positiva, afirmada e dialógica. Políticas de ação afirmativa e todas as demais políticas de promoção da igualdade racial objetivam, sobretudo, mudar os termos da representação social dos negros a fim de gerar, em um futuro não muito distante, condições para uma real equidade entre todos os grupos. Tal utopia conta com cada um de nós, estudantes, educadores, educadoras, aprendizes... Cidadãos!

7. Referências bibliográficas

- CARDOSO, Marcos A. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. BH: Mazz Edições, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio J. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. SP: Editora Senac São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Maria Cláudia C. *As trajetórias políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937)*. Dissertação de mestrado em história, UERJ, 2005.
- GUIMARÃES, Antônio S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. SP: Editora 34, 1999.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. RJ: EdUERJ, 2001.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. SP: Editora UNESP, 2006.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*, Petrópolis: Vozes, 1981.
- SANTOS, Marcio André O. *A persistência política dos movimentos negros brasileiros: processo de mobilização à III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. SP: Companhia das Letras, 1993.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*, 52^aed., RJ: José Olympio, 1953.